



# **A integração entre Redistribuição e Reconhecimento na Teoria Bidimensional de Nancy Fraser**

Palavras-Chave: Teoria da Justiça, Nancy Fraser, Redistribuição, Reconhecimento.

Aluna: Cristiele de Amorim Trindade (Universidade Estadual de Campinas)

Orientadora: Profa Dra. Yara Adario Frateschi (Universidade Estadual de Campinas)

## **INTRODUÇÃO:**

O objetivo principal desta pesquisa é esclarecer o vocabulário conceitual utilizado por Fraser para formular a sua teoria da justiça bidimensional por meio da integração entre redistribuição e reconhecimento. Os textos que abordam os temas deste eixo temático são os escritos de 1995 a 2003. O esclarecimento a que nos referimos diz respeito: (a) a inserção da autora no debate acerca da justiça por meio da controvérsia redistribuição-reconhecimento; (b) ao modo como se dá a contestação das teorias unidimensionais da justiça e a elaboração de sua teoria bidimensional por meio de conceitos centrais, como: a ideia de coletividades bidimensionais, o modelo de status, a paridade de participação e a noção de dualismo perspectivista.

## **METODOLOGIA:**

Esta pesquisa é de natureza teórica e, desse modo, a investigação se pautou pela leitura dos textos que constituem o objeto de investigação, ou seja, a fonte primária, que é constituída pelos textos de Fraser que tratam a respeito do tema da Justiça no período de 1995-2003. A fonte foi lida no original em inglês. Traduções de uso acadêmico foram esporadicamente utilizadas ao longo da pesquisa quando necessárias para auxiliar na compreensão. Este processo de leitura teve por escopo investigar os conceitos e analisar os argumentos encontrados nos textos da autora para a formulação de sua Teoria Bidimensional da Justiça por meio da integração entre redistribuição e reconhecimento. Desse modo — com o intuito de auxiliar na compreensão do objeto de pesquisa — textos



anteriores e posteriores ao debate, bem como entrevistas e bibliografia secundária de comentadores, também foram utilizados.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA:**

A publicação do artigo intitulado “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Postsocialist’ age”, em 1995, representa o marco inicial na teorização de Fraser acerca da justiça social e é onde a autora se ocupa em pensar a questão da justiça por meio do debate entre redistribuição e reconhecimento. No referido texto, ela chama atenção para o fato de que, no discurso da atualidade, duas principais categorias de reivindicações ganham destaque no que concerne à justiça social. Existem aquelas que aspiram por uma distribuição justa de recursos, as quais recebem o nome de reivindicações por redistribuição; e aquelas que requerem a aceitação da diferença, características das “minorias” sociais e conhecidas também como políticas de identidade — são as chamadas reivindicações por reconhecimento.

Não obstante as duas categorias recebam destaque no que concerne às lutas dos movimentos sociais e as teorizações sobre justiça social, elas aparecem, com frequência, dissociadas uma da outra. Essa dissociação de certo modo indica, em termos gerais, um afastamento mais amplo entre política cultural — ou da diferença — e política social — ou da igualdade. A autora afirma ainda que, nos conflitos pós-socialistas, além da dissociação, é marcante a crescente substituição das reivindicações por redistribuição igualitária pelas reivindicações sociais em torno das questões culturais ligadas ao reconhecimento e à diferença. De acordo com seu diagnóstico, o interesse de classe vem sendo crescentemente suplantado pelo cultural como principal motivação da luta política.

Na busca por solucionar o problema da dissociação e da substituição das reivindicações por redistribuição pelas reivindicações por reconhecimento, Fraser procura formular uma concepção de justiça capaz de integrar os dois tipos de reivindicações, à qual ela dá o nome de justiça bidimensional. Desse modo ela passa, a partir do texto de 1995, a introduzir paulatinamente ao longo de seus escritos os conceitos fundamentais para a formulação e construção de sua teoria. E é em seu livro com Axel Honneth, intitulado *Redistribution or Recognition?*, que a autora termina por desenvolver de modo mais bem acabado sua teoria bidimensional da justiça social.



Essa pesquisa buscou pensar a integração entre redistribuição e reconhecimento proposta por Fraser para elaborar sua teoria da justiça bidimensional. Para tal, os escritos de 1995 a 2003 constituíram o âmbito no interior do qual a pesquisa foi desenvolvida. Consideramos que compreender os diagnósticos e as formulações conceituais progressivas ao longo dos escritos da autora se mostrou imprescindível para entender a construção de sua teoria. Nesse sentido, procuraremos sistematizar os diversos elementos teóricos e conceitos propostos ao longo dos escritos para chegar à concepção de teoria da justiça bidimensional, bem como explorar a importância de tais formulações no interior de sua teoria.

Na proposição de tal teoria, o conceito da paridade de participação se mostrou essencial na tentativa da autora de promover tal integração. A paridade de participação é um conceito pensado por Fraser que proporciona uma reflexão bidimensional baseada em um núcleo normativo que é a base da justiça. Para tal concepção normativa, a questão da reivindicação por justiça — tanto distributiva quanto por reconhecimento — deve ser colocada nos termos da consolidação da paridade de participação. Nesse sentido, a injustiça corresponde à negação da paridade de participação em pelo menos duas formas: a má distribuição material, não cumprimento da condição objetiva; e o não-reconhecimento cultural, não cumprimento da condição intersubjetiva.

Para que a paridade de participação seja possível, ao menos duas condições precisam ser satisfeitas: 1) condição objetiva de paridade de participação, em que os recursos materiais para a paridade de participação precisam ser garantidos aos sujeitos sociais, de modo que assegurem sua independência no sentido econômico; 2) condição intersubjetiva de paridade de participação, por meio da qual deve ser garantido que os padrões institucionalizados de valor cultural manifestem respeito igual por todos os participantes, garantindo equanimidade no aspecto cultural.

Evidentemente, a condição objetiva de paridade de participação se relaciona principalmente com a teoria da justiça distributiva, uma vez que a chave para solucionar a má distribuição é a destruição dos obstáculos econômicos por meio da redistribuição. Nesse sentido, apenas uma reestruturação econômica da sociedade é capaz de garantir tais condições objetivas para a paridade de participação. A condição intersubjetiva, por outro lado, se relaciona principalmente com a teoria do reconhecimento, em que a chave para solucionar o não-reconhecimento é a mudança das hierarquias de status, de modo a destruir



os impedimentos fixados no plano cultural. Nesse sentido, apenas uma reestruturação da ordem cultural é capaz de garantir tais condições intersubjetivas de paridade.

Pudemos perceber através de sua formulação teórica, que a autora contesta as teorias da justiça unidimensionais que pensam a redistribuição e o reconhecimento como categorias irreconciliáveis. Ao invés disso, ela propõe uma teoria da justiça de caráter bidimensional, que considera a redistribuição e o reconhecimento como duas dimensões elementares e mutuamente irreduzíveis da justiça, porém pautadas em um único princípio normativo. A essa formulação ela dá o nome de dualismo perspectivista.

Sob a ótica do dualismo perspectivista colocado pela autora, a redistribuição e o reconhecimento não correspondem mais a dois domínios sociais essenciais, os domínios institucionais da economia e da cultura, respectivamente. Ao contrário, consistem em duas perspectivas analíticas as quais podem ser tomadas em relação a qualquer um dos dois domínios. Isso significa que é possível analisar a justiça de toda prática social dos dois pontos de vista normativos, sempre atentando para o requisito de que tais práticas devem garantir as condições objetivas e intersubjetivas de paridade de participação.

Podemos perceber que a teoria da justiça proposta por Fraser possui um caráter bidimensional porque a própria injustiça é pensada por ela à luz de dois focos causais principais: a má distribuição e o não-reconhecimento — uma vez que o capitalismo da atualidade possui duas ordens diferentes de subordinação baseadas em duas dimensões diferentes de injustiça. Desse modo, as complexidades das lutas por justiça da sociedade capitalista — sejam as lutas contra a subordinação de classe ou de status — não podem ser compreendidas se separadas por completo. É nesse sentido que, para Fraser, a formulação de uma teoria crítica da justiça social necessita de uma perspectiva que seja capaz de englobar as duas dimensões. Ao invés de assumir um dos dois paradigmas, ela propõe uma concepção ampla e integrada formulada por ela nos termos de uma teoria bidimensional, integração tal que só se mostrou possível mediante a noção da paridade de participação.

## **BIBLIOGRAFIA:**

FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “Postsocialist” Age. *New Left Review*, 212, 1995a.

\_\_\_\_\_. “Politics, Culture, and the Public Sphere: Toward a Postmodern Conception”. In:



NICHOLSON; SEIDMAN (orgs). Social Postmodernism. Cambridge University Press, 1995b.

\_\_\_\_\_. “Recognition or Redistribution? A Critical Reading of Iris Young's Justice and the Politics of Difference”. Journal of Political Philosophy, vol.3, n.2, 1995c.

\_\_\_\_\_. “Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia del género”. RIFP – Revista Internacional de Filosofía Política, n. 8, 1996a

\_\_\_\_\_. “Multiculturalism and Gender Equity: The US 'Difference' Debates Revisited”. Constellations, v.3, n.1, 1996b.

\_\_\_\_\_. Justice Interruptus. Critical reflections on the “postsocialist” condition. New York: Routledge, 1997a.

\_\_\_\_\_. “A Rejoinder to Iris Young”. New Left Review, n.223, 1997b

\_\_\_\_\_. “Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation”. In: The Tanner Lectures on Human Values, vol. 19, 1998a

\_\_\_\_\_. “A future for Marxism.” New politics (New Series), v. 4, n. 4, 1998b [Um futuro para o Marxismo. Novos Rumos, v. 29, n. 15, 1999].

\_\_\_\_\_. Rethinking Recognition. New Left Review, n. 3, 2000a, pp. 107-120 [Repensando o Reconhecimento. Enfoques, v. 9, n.1, 2010].

\_\_\_\_\_. Why Overcoming Prejudice is Not Enough: A Rejoinder to Richard Rorty. Critical Horizons, v.1, n.1, 2000b.

\_\_\_\_\_. Recognition without Ethics. Theory, Culture, and Society, v. 18, n. 2, 2001a [Reconhecimento sem ética. Lua Nova, n. 70, 2007].

\_\_\_\_\_. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares, UERJ, ano 4, n.1, p. 7-32, 2002b.

\_\_\_\_\_. Radical Imagination. Between Recognition and Redistribution. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FRASER, N.; HONETH, A. Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange. New York: Verso, 2003.